



SOBRE ÁGUAS PRETÉRITAS **Presenças da Cidade Maurícia no Recife, Pernambuco, Brasil**

Over bygone waters
Presences of Mauritsstad in Recife, Pernambuco, Brazil

Leonardo Nóbrega

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil
leonardonobregapaiva@gmail.com

Ricardo Trevisan

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil
prof.trevisan@gmail.com

RESUMO

A Cidade Maurícia (1637-1654) surgiu como um momento de interferência dos batavos na História das Cidades do Brasil. A urbanização brasileira teve, durante os tempos coloniais, o caráter construtivo português como a principal referência lógica e formal e após a expulsão dos holandeses, esse caráter se fez presente também no Recife, com a sobreposição das construções e da infraestrutura por uma nova lógica de ocupação. Com esse estudo, buscamos investigar de que maneira a presença dos holandeses ainda se faz presente na urbe atual, seja num sentido de *permanência lógica*, ou seja, através de atributos que guiam a forma da cidade, ou de *permanências sensíveis*, áreas urbanas que se assemelham, enquanto paisagem, à cidade pretérita. Desse modo, buscamos construir uma narrativa identitária que reconheça a gênese do Recife como relevante à paisagem cultural da cidade atual.

Palavras-chave: Paisagem, Memória, Brasil holandês, Identidade cultural.

Bloco temático: 2. Cidade e ambiente. **Tema:** Patrimônio e paisagem cultural.

ABSTRACT

Mauritius City (1637-1654) emerged as a moment of Batavian interference in the history of Brazilian cities. The Brazilian urbanization had, during colonial times, the Portuguese constructive character as the main logical and formal reference and after the expulsion of the Dutch, this character was also present in Recife, with the superposition of constructions and infrastructure by a new logic of occupation. With this study, we seek to investigate in what way the Dutch presence is still present in the current city, either in a sense of *logical permanence*, i.e., through attributes that guide the city form, or *sensitive permanence*, urban areas that resemble, as landscape, the former city. In this way, we seek to construct an identity narrative that recognizes the genesis of Recife as relevant to the cultural landscape of the current city.

Keywords: Landscape, Memory, Dutch Brazil, Cultural identity.

Thematic clusters: 2. City and Environment. **Topic:** Heritage and cultural landscape.

Introdução: Paisagem, memória e identidade cultural

Maurícia (1630-1654), cidade construída como empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais holandesa (*West-Indische Compagnie* - WIC) no Nordeste brasileiro durante o século XVII, assumiu um caráter de pontualidade na História das Cidades por colocar em contato os princípios construtivos batavos e a tradição lusitana. No entanto, apesar da importância e singularidade deste período, poucos estudos sobre o Recife Holandês têm sido conduzidos no campo da História da Arquitetura e Urbanismo. Esse trabalho assume o desafio de retomar o pensamento sobre essa cidade aliando dados historiográficos à ótica da paisagem. Há uma existência de vestígios da urbe holandesa seiscentista na paisagem cultural do Recife atual? Se sim, quais são e em que níveis? Destas questões hipotéticas, direcionamos o nosso olhar sobre a composição do espaço urbano para reconhecer semelhanças entre o presente e o passado.

De acordo com Anne Cauquelin (2007:16), podemos definir paisagem como “um conjunto de valores ordenados em uma visão”. Essa descrição nos leva ao entendimento da ideia como um recurso da racionalidade vinculado à apreensão do ambiente através da compreensão de uma possível ordem entre elementos dispostos no espaço, numa lógica que pode ser associada ao juízo reflexivo da estética kantiana (Kant, 2016). No entanto, quando assumimos a razão como parâmetro fundamental à paisagem, entendemos o recurso em seu viés subjetivo e pessoal. Não podemos pensar a paisagem desvinculada de quem a interpretou, pois ela não é algo com fim em si mesma e, sim, uma estratégia do ânimo na compreensão do espaço. É nesse sentido que se pode destacar a existência de um *agente de intenções práticas* sobre a paisagem, diverso aos que projetaram o espaço e aos que o representaram por meio da arte, mas relevante à medida que engloba aqueles que o vivenciam cotidianamente. É sobre esse agente ao qual se voltam os nossos olhares na busca por reconhecer, tanto no Recife atual quanto na Maurícia pretérita, semelhanças na forma urbana e na experiência cotidiana que transcendem a compreensão do patrimônio como fragmento material de uma realidade passada.

O debate sobre a paisagem das cidades se destaca como uma maneira de entender o espaço em sua dimensão subjetiva, possibilitando a construção de novas interpretações do fenômeno urbano como parte da construção cultural. Essas interpretações se consolidam a partir da elaboração da narrativa histórica, que emerge como um ato de autonomia no sentido de ler e interpretar o próprio passado para, então, reconhecer a si (Ricoeur, 2000). Entender uma paisagem pretérita, ainda que distante em matéria e tempo, emerge da possibilidade de enxergar continuidades não exploradas na narrativa urbana, mas que vinculam a gênese ao presente, reforçando a construção de uma identidade cultural com base no passado da urbe. Nesse sentido, a paisagem se torna, para além do recurso interpretativo do espaço, uma compreensão da cultura, se alinhando ao conceito de paisagem cultural, cujas definições “denotam actualmente uma visão holística, realçando os processos, dinâmicas relacionais Homem - Natureza e a dimensão temporal. São estas ideias, construtoras de uma paisagem com significado cultural, dinâmicas, em contínua evolução, que são genericamente partilhadas” (Carvalho; Marques, 2019:92).

A esse raciocínio podemos associar a noção de *lugar de memória*, elaborada por Pierre Nora (1984-1992), principal referencial teórico usado neste estudo. Segundo o historiador francês, o termo se refere a “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (*apud* Gonçalves, 2012:34). Tal noção pode ser associada ao ideário do passado holandês presente nas narrativas do Recife, que dão ao Forte das Cinco Pontas o nome de sua versão passada e à ponte e a prédios e instituições o nome de Maurício de Nassau. Desse modo, a investigação dos lugares de memória do passado holandês parte não apenas do impulso investigativo histórico, mas se vincula ao esforço da comunidade local em reforçar narrativas identitárias com base no tempo dos flamengos. Buscamos, então, por permanências subjetivas da urbe pretérita que ultrapassam séculos, ainda que a consciência da origem não seja explícita, pois mesmo que nem todos os recifenses saibam da continuidade direta entre o sítio do Palácio de Friburgo e do Palácio do Campo das Princesas, é fato que a monumentalidade permanece através do tempo como um lugar de memória. Nossa investigação surge, então, da compreensão da paisagem da cidade enquanto fenômeno.

Esse entrelaçamento entre as noções de memória e identidade a partir do reconhecimento das paisagens culturais é um raciocínio que se vincula ao contexto patrimonial atual enquanto esforço na expansão conceitual do patrimônio a partir do reconhecimento de expressões culturais diversas. Nesse sentido, “seria por essa perspectiva – da compreensão da noção de paisagem envolvendo a conjugação de elementos materiais e imateriais [...] e naturais e culturais – que se daria sua a apropriação no contexto patrimonial e sua transformação em categoria de bem patrimonial.” (Costa; Serres, 2016:160), argumento que reforça a presença da categoria da paisagem cultural como categoria na lista do patrimônio mundial da UNESCO desde 1992 e no IPHAN desde 2009. Desse modo, encontramos no reconhecimento das narrativas sobre a origem da cidade e sobre a presença holandesa um forte aspecto na construção identitária do Recife, em que as relações entre as urbes atual e pretérita possuem um papel fundamental.

Para esse estudo, foi definido como recorte espacial os bairros de Santo Antônio e São José (Fig. 1), construídos sobre a antiga Cidade Maurícia. Isso se dá devido às fortes alterações que as reformas urbanas do início do século XX trouxeram ao Bairro do Recife, elevando a complexidade interpretativa da continuidade da paisagem holandesa e exigindo parâmetros de análises diversos, de tal maneira que são necessários estudos posteriores para avaliar a relação entre as paisagens do Recife Antigo e do povoado seiscentista.



Fig. 01 Mapa atual dos Bairros de São José, Santo Antônio e do Recife. Fonte: Elaborado com dados disponibilizados pela Prefeitura do Recife na plataforma digital ESIG, Recuperado em maio 20, 2023, em <https://esigportal2.recife.pe.gov.br>.

Tivemos, como objetivos, o reconhecimento de vestígios da paisagem pretérita na paisagem atual que fossem além da compreensão material do patrimônio. Desse modo, partimos de uma seleção historiográfica sobre o tema escritos por: José Antônio Gonsalves de Mello (1976; 1986), Ron van Oers (2000), Evaldo Cabral de Mello (2010), José Roberto Teixeira Leite (2014) e José Luiz Mota Menezes (2014; 2016); do reconhecimento de semelhanças na paisagem a partir da comparação entre as cartografias atual (Fig. 1) e antiga (Figs. 3 e 5) e de referências iconográficas (Figs. 4, 6 e 8). Foram selecionadas espacialidades com significado simbólico ou morfológico semelhantes, os quais foram analisadas em seu aspecto visual em comparação a perspectivas elaboradas pelos autores da cidade atual. A partir desse estudo, foram traçadas as categorias de análise

intituladas *permanências lógicas*, ou seja, desdobramentos que a lógica de ocupação dos holandeses trouxe à cidade atual a nível de interação com o ambiente pré-existente, e *permanências sensíveis*, associações diretas entre a paisagem pretérita e a atual. Assim, esperamos aprofundar na leitura das relações estabelecidas entre a cidade do passado e a cidade do presente. O texto é, portanto, estruturado em duas etapas. Tem início com a apresentação da Cidade Maurícia em suas particularidades vinculadas à urbanística holandesa e ao contato com as pré-existências da América Portuguesa. Em seguida, passamos à compreensão das permanências de Maurícia no Recife.

1. De Maurícia ao Recife

A Cidade Maurícia é um exemplo de urbe que *foi* e não mais é. Estudá-la traz diversos desafios aliados à reconstrução histórica de um passado, para a qual podemos contar com o auxílio de achados arqueológicos, documentações, cartografias e representações literárias ou pictóricas. Esse texto se baseia, em especial, nos mapas e nas pinturas de paisagem. Damos início, portanto, com uma recapitulação histórica da imagem da cidade e do seu traçado urbano tanto no limitado tempo de Maurícia quanto na trajetória histórica do Recife.

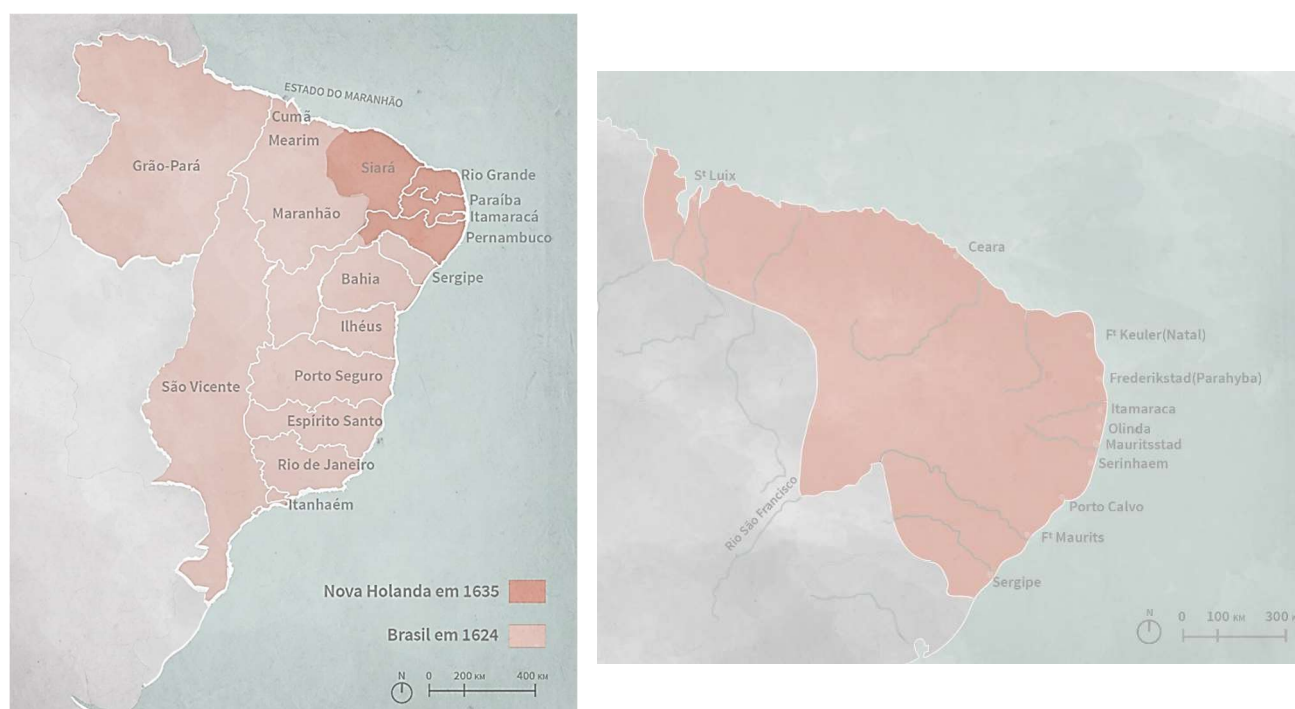


Fig. 02 (a) Mapa da ocupação holandesa em 1635 sobre a distribuição de capitanias no Brasil em 1624. (b) Mapa da área de influência dos batavos no território brasileiro em sua extensão máxima. Fonte: (a) Elaborado com base na cartografia de Joanne Blaeu a partir de arquivos recuperados em agosto, 10, 2022, em <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html> e <https://www.mapashistoricos.usp.br> (b) Elaborado a partir de arquivo recuperado em agosto 10, 2022, em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dutch_Brazil_1630-1654_map.svg.

Para entender uma cidade projetada (“cidade nova”, Trevisan, 2020), tal como Maurícia, não basta nos limitarmos à compreensão dos aspectos espaciais. É preciso se voltar, inicialmente, às condicionantes políticas que levaram à sua existência. No caso dos assentamentos coloniais, este contexto se dá principalmente nas metrópoles europeias e nos conflitos em curso. É lá onde se formou a República das Sete Províncias, atuais Países Baixos, que estiveram em conflito com o Império espanhol entre 1580 e 1640, na Guerra dos Oitenta Anos e, conseqüentemente, proibida de comercializar com o Reino português, sob regimento da União Ibérica, anteriormente, grande parceiro comercial dos batavos. O Brasil, portanto, possuía na condição de possessão portuguesa uma grande fragilidade, pois não era prioridade estratégia no controle territorial espanhol. Esse fator, aliado à presença de uma rede produtiva do açúcar já consolidada, à proximidade à Europa através do Atlântico e à posição estratégica para combater os espanhóis do Caribe ou os portugueses do Oriente, foram

atributos fundamentais para a escolha do Nordeste brasileiro como foco de invasão da WIC (Mello, 2010). Iniciativa que resultou com o breve controle de 11 meses da cidade de Salvador, entre 1624 e 1625, e posteriormente na conquista da Vila de Olinda e de uma área abrangente da América portuguesa (Fig. 2).

A decisão de construir Maurícia para demonstrar o domínio sobre o território e dar suporte à ocupação e administração da Colônia foi uma decisão vinculada à prática de ambas as companhias colonizatórias das sete províncias: a WIC e a Companhia das Índias Orientais (*Oost-Indische Compagnie* - VOC). Alguns desses assentamentos, como Batávia (atual Jacarta), Willemstad, Cidade do Cabo, Nova Amsterdam (atual Nova York) e Colombo são exemplos de meios urbanos que continuam relevantes à dinâmica urbana mundial. Sobre o processo de fundação dessas cidades, Ron van Oers (2000) apresenta uma série de estratégias de planejamento urbano (exceto Nova Amsterdam, cujos estudos não indicam um projeto urbanístico efetivo) pela aplicação de uma tradição erudita com base nos fundamentos construtivos batavos, aos quais se vinculam as presenças de fortificações, mercados e moinhos, dos canais como recurso infraestrutural de circulação e abastecimento e do desenho urbano ortogonal. Na diferenciação das formas de ocupação, ele busca definir os assentamentos a partir da presença dos seguintes quatro requisitos:

1. Havia um comissário encarregado do planejamento;
2. Foram construídas grandes estruturas militares, civis e urbanas;
3. Havia uma organização funcional do assentamento; e
4. Havia espaços públicos projetados.

Sendo os três últimos relevantes à forma da cidade e à construção de uma paisagem colonial holandesa. Tais princípios são bastante diversos ao tipo de ocupação empreendido pelos portugueses nos séculos XVI e XVII. Olinda, como exemplo paradigmático da lógica urbana portuguesa, havia sido construída no alto de um morro, de onde poderiam ser observadas as embarcações à distância – controle do território. Possuía traçado urbano orgânico, adequando-se à topografia acidentada, e recebeu os pátios das igrejas como principais espaços abertos, com as torres assumindo protagonismo na paisagem da cidade. A atividade portuária era segregada, no Povoado do Recife, localizado na extremidade de um istmo a cerca de 5km da cidade. Toda essa pré-existência foi rejeitada pelos batavos, que em um ato de reordenamento espacial segundo seu substrato técnico e demonstração de poder, incendiaram a vila e exigiram a ocupação do istmo (área de mangue), brevemente expandido para a Ilha de Antônio Vaz com a construção de Maurícia.

Em 1648, Maurícia já havia atingido um nível de ocupação comparável a cidades da República das Sete Províncias (Leite, 2014). Nessa época, os princípios construtivos apresentados por Oers são visíveis na forma da cidade e é possível entender como um fenômeno pontual na urbanística colonial brasileira (Fig. 3). Em especial, destacamos a presença dos canais, a existência de um sistema defensivo articulado, as praças com aplicação de ideais paisagísticos, a Ponte do Recife com dimensões inéditas na América portuguesa, a construção da monumentalidade com as duas torres do Palácio de Friburgo em meio a um grande jardim de desenho racionalista e o traçado hipodâmico. Também é preciso ressaltar a expansão posterior no sentido sul da ilha com a construção da Nova Maurícia, área voltada a habitações devido à alta demanda que surgiu com a expansão da urbe. Uma das mais importantes particularidades dessa cidade foi a interação das culturas arquitetônicas holandesa e portuguesa, que levou à construção de uma paisagem limitada no espaço e no tempo sendo uma expressão do caráter cosmopolita da cidade, com a interação de diversos agentes sociais presente na dinâmica do cotidiano (batavos, portugueses, judeus, africanos escravizados e indígenas).

Essa dinâmica pode ser observada na “Vista da Cidade Maurícia e do Recife” (Fig. 4), na qual encontramos construções vinculadas a um caráter construtivo lusitano dispostas ao lado de arquiteturas com influência batava, representadas pelo frontão escalonado. Nessa imagem, observamos a Cidade Maurícia em tempos iniciais de construção, sem o Palácio de Friburgo ou a Ponte do Recife, mas podemos observar uma série de dinâmicas reconhecidas pelos historiadores e perceptíveis na cartografia, como o maior adensamento no Povoado do Recife, o caráter portuário exaltado pela presença de embarcações e a etapa inicial da construção de um espaço público ajardinado, com pés de coqueiros ainda jovens.



Fig. 03 Mapa da Cidade Maurícia em 1648. Fonte: Elaborado com base na cartografia de Johannes Vingboons (recuperada em agosto 10, 2022 em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Recife-Map1665.jpg>) e no Mapa de Goliath (Mello, 1976).



Fig. 04 Vista da Cidade Maurícia e do Recife, Frans Post, 1657. Fonte: Revista Continente, recuperado em julho 15, 2022, em <https://revistacontinente.com.br/secoes/indicacoes/livro--historia-do-brasil--1639-1644>.

Após a retomada de controle da Colônia pelos portugueses, uma nova lógica de ocupação é aplicada na Ilha de Antônio Vaz, se baseando na sobreposição quase completa da pré-existência batava: “a reocupação daquele trecho arrasado é realizada não respeitando os antigos canais e desmontando todo o sistema fortificado”, pontua Menezes (2016:107). A ocupação então assume um novo referencial lógico para o

crescimento urbano, muito mais semelhante às ocupações portuguesas, em especial com a distribuição de igrejas e seus pátios, transformando Maurícia no bairro de Santo Antônio e Nova Maurícia em São José, espacialidades que hoje conformam, junto ao Bairro do Recife, o Centro Histórico da cidade (Fig. 5). A lógica de ocupação portuguesa predominou até o século XX, com a expansão urbana por meio de aterros e da ocupação de terras do continente. Após a década de 1930, intervenções urbanísticas alteraram fortemente algumas características dos bairros em detrimento de outras, levando, por exemplo, à preservação da maior parte das Igrejas e monumentos em paralelo a grandes obras de reestruturação viária (Reynaldo, 2017).



Fig. 05 Trecho do Mapa do Porto de Pernambuco e Cidade do Recife com sobreposições do traçado do Recife no século XIX e Maurícia no século XVII, Marino Berenguer, 1876. Fonte: Bibliothèque Nationale de France, recuperado em abril 20, 2023, em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53021148s/f1.item.zoom>.

Hoje em dia (rever Fig. 1), encontramos o Centro de Recife no sítio da antiga Maurícia. No bairro de Santo Antônio, há uma área de verticalização mais intensa, com edifícios de tipologia empresarial ao lado de antigos sobrados. Na extremidade norte da ilha se localiza o conjunto arquitetônico da Praça da República, com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Teatro Santa Isabel e o Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado, configurando uma paisagem cívico-simbólica para a cidade. Elementos importantes na morfologia urbana são o eixo que liga Boa Vista ao Bairro do Recife a partir da Avenida Guararapes e da Rua Primeiro de Março, passando pela Praça da Independência, e a Avenida Dantas Barreto, que passa pelos dois bairros – polêmica pelo impacto destrutivo na trama urbana histórica durante sua construção na década de 1970. Em São José, encontramos uma área repleta de sobrados com térreo voltado ao comércio, uma expressão dessa atividade enquanto parte da cultura e da história pernambucana. Ambos os bairros são repletos de igrejas, reunindo parte relevante do patrimônio arquitetônico religioso do Brasil.

Essa área é uma região extremamente relevante à cultura pernambucana. É de lá que parte o Bloco Carnavalesco Galo da Madrugada, é onde se presencia a Noite dos Tambores Silenciosos e onde se encontra um polo de comércio popular. É nesse sentido que Pontual *et al.* (2021) descrevem São José como essencial, e nesse sentido que compreendemos sê-lo toda a região central, vinculada tanto ao passado holandês quanto à produção cultural presente. Seguimos, então, com a investigação das relações entre as urbes pretérita e presente, buscando agregar à construção narrativa dos bairros os vínculos entre as paisagens atual e batava.

2. Das permanências de um passado remoto

2.1 Sobre a água, a cidade: permanências lógicas

Ao se pensar nas permanências de Maurícia no Recife atual, é preciso levar em consideração o momento de escolha do sítio. Os holandeses construíram e desenvolveram a urbe numa região que não havia sido ocupada

pelos portugueses com essa intenção. Esse é um caráter fundamental e determinante de sua história, pois é a partir daí que a ocupação deixa de ser um povoado de pequenas dimensões, como foram tantos outros, para ser uma cidade, com uma aglomeração urbana considerável à época e reunindo construções e infraestruturas sob uma dinâmica funcional característica da urbanização. A escolha da extremidade sul do istmo e da Ilha de Antônio Vaz pelos holandeses demarca um momento chave que tem a própria existência do Recife como consequência, e é a essa continuidade que damos o título de *permanência lógica*, pois ela levou a dinâmicas fundamentais na construção do Recife atual e, em especial, na forte relação da cidade com a água. Iremos, então, traçar algumas das consequências dessa escolha na paisagem da cidade de hoje, tanto nos próprios bairros que sobrepuseram Maurícia quanto em dinâmicas estabelecidas nos momentos de expansão da cidade para além do centro.

Podemos tomar como referência inicial uma comparação entre os traçados urbanos pretérito e atual. No que se refere à disposição de quadras e lotes, ou à presença de canais e muralhas, a sobreposição da urbe portuguesa sobre a holandesa foi destrutiva, pois os bairros de São José e Santo Antônio foram erguidos sob uma lógica da ocupação espontânea, contraste perceptível na cartografia do século XIX (*Fig. 5*). No entanto, de acordo com Menezes (2003), houve uma preservação da lógica dimensional dos lotes, maiores nesses bairros e estreitos no Bairro do Recife. Em paralelo, é possível perceber o caráter de limite à expansão urbana que o Forte das Cinco Pontas assume, pois ele atua como um ponto de interface entre padrões de ocupação diferentes, podendo ser compreendido como barreira às ocupações tradicionais do Centro. Além disso, desde os tempos holandeses a ocupação do solo se deu por meio de aterros e canalizações de água, prática que se manteve até o século XX a partir de marcantes modificações na paisagem.

Quando tomamos como referência a Cidade Maurícia em perspectivas amplas, temos a água como um elemento integrante e, frequentemente, protagonista na paisagem. Na pintura *Mauritiopolis* de Frans Post (*Fig. 6*), podemos observar como se dá essa relação em termos da paisagem. Nos tempos de Maurícia, os canais e o rio delimitavam as paisagens distintas do Recife, da Cidade Maurícia e da Nova Maurícia, com diferentes funções sociais e formas de ocupação. Na urbe atual, é possível encontrar a força estruturante dos corpos d'água agindo da mesma maneira. A paisagem do Bairro do Recife se difere imensamente do que é visto em Santo Antônio e São José, e o mesmo se dá ao compararmos com a Boa Vista, que ocupa a região do continente. Essa lógica existe mesmo em áreas mais remotas da cidade, como na relação de descontinuidade em realidade socioeconômica e em paisagem existente entre o bairro do Poço da Panela, de classe média alta, e o bairro do Cordeiro, de classe média baixa, separados pelo Rio Capibaribe. Desse modo, reconhecemos uma dificuldade que foi posta justamente na escolha da implantação, e cujas consequências se dão ainda hoje no Recife atual (Melo, 2005).

De modo diverso a outras regiões da cidade, onde prevalece uma baixa conectividade, no Centro de Recife há a presença forte das pontes como formas de conexão entre margens opostas do rio. Durante os 4 séculos de existência do Recife como cidade, a paisagem se conformou com as pontes como importantes marcos visuais e pontos de referência (*Fig. 7*). A presença das pontes atinge proporções culturais, de tal maneira que é sobre a ponte Duarte Coelho que fica a escultura do Bloco Carnavalesco Galo da Madrugada durante o carnaval; são elas que são referenciadas na anual Corrida das Pontes e é sob elas que passa um dos principais percursos do catamarã, embarcação flutuante que atrai diversos turistas. Associada à esta dimensão imaterial das pontes no centro do Recife, há uma riqueza arquitetônica e artística, muitas vezes ignorada pelos estudos em arquitetura (Menezes, 2014), mas que revela a importância desses elementos infraestruturais na construção da imagem da cidade e como pontos de referência, de maneira semelhante aos tempos de Nassau, quando a Ponte do Recife foi promovida como uma das principais conquistas dos batavos.

A relação com a água também foi estruturante à forma urbana à medida que os limites da ilha de Antônio Vaz foram usados como referência no desenho das muralhas, durante o século XVII. Embora demolidas e inexistentes na atualidade, o presente traçado das bordas da ilha remete-nos ao uso da água também como barreira de defesa, como os antigos fossos a circundar a cidadelas medievais. Sem as antigas muralhas, tais espaços foram ocupados por vias de circulação automotivas, com pouco espaço destinado aos pedestres,

revelando a falta de amplos espaços públicos de permanência – não somente de passagem –, salvo algumas exceções como o Cais da Aurora ou o Cais da Alfândega.



Fig. 06 Extrato da gravura “Mauritiopolis” de Frans Post com a Ponte do Recife em destaque, c. 1645. Fonte: Abebooks, recuperado em julho 15, 2022, em <https://www.abebooks.co.uk/art-prints/Gesamtansicht-Mauritiopolis-F-Post-1645-RECIFE/22915580936/bd>.



Fig. 07 Perspectiva atual da Ponte Maurício de Nassau. Fonte: elaborada pelos autores.

Outra prática que permanece desde a ocupação holandesa e que se mantém relevante à expansão e ocupação atual é a apropriação dos manguezais, muitas vezes aterrados tanto para a consolidação do centro quanto em áreas mais distantes da cidade, a exemplo da bacia do Pina. É nesse sentido que Bezerra e Melo (2014:98) informam que “as águas e os manguezais são elementos naturais que sempre marcaram a fisiografia da cidade do Recife. Sendo resultado de um trabalho de acumulação sedimentar em uma antiga baía”. Desse modo, podemos perceber, desde o momento inicial de ocupação da ilha de Antônio Vaz e do Povoado do Recife, uma

interação com o ambiente que tem consequências diversas tanto à forma do rio quanto ao ecossistema dos manguezais, das quais destacamos o impacto ecológico, o estabelecimento de relações econômicas ligadas à exploração do mangue para fins econômicos e de subsistência e a construção de uma paisagem relevante à identidade e à cultura local.

Sendo assim, se torna possível compreender como a escolha – o modo de fazer – dos holandeses de implantar uma cidade em um sítio específico trouxe à urbe atual uma série de questões continuamente debatidas. Não se pode, portanto, definir o Recife como uma cidade portuguesa meramente pela supressão do traçado batavo e substituição da lógica de ocupação, já que o sítio no qual foi implantada a cidade tem uma relevância fundamental para definir as condicionantes sob as quais se lida com a construção da urbe.

2.2 Paisagem em continuidade: *permanências sensíveis*

Em paralelo à implantação como permanência lógica e determinante na relação entre cidade e meio ambiente, podemos também interpretar a existência das permanências sensíveis. Essas seriam as paisagens vinculadas à uma construção espacial pretérita, ou seja, um vínculo entre espacialidades distintas que remetem a fenômenos semelhantes na percepção do observador e que compartilham um mesmo sítio. Nesse sentido, assumimos o caráter subjetivo da paisagem como essencial à interação entre ser humano e lugar e a continuidade na semântica espacial como um *lugar da memória*, no sentido de guardar aspectos culturais de uma construção coletiva da sociedade. A investigação das permanências sensíveis nos permite reconhecer o vínculo entre o passado e o presente de maneira a agregar à construção narrativa do Recife em continuidade a Maurícia, apesar dos poucos achados arqueológicos e vestígios materiais expostos na cidade atual.

De início, observemos a continuidade espacial do sítio do Palácio de Friburgo, que hoje recebe a Praça da República. Ao observar as imagens de Frans Post de Maurícia após a construção do Palácio, é possível compreender que as duas torres se destacavam como um dos principais marcos visuais na paisagem, em especial pela verticalidade da composição. A isso se aliava a presença do amplo jardim, o primeiro em grandes proporções no território brasileiro (Reis Filho, 2014), cuja distribuição distanciava o monumento da malha urbana, favorecendo as visadas e a compreensão enquanto obra única, uma arquitetura em meio à natureza, sendo essa também projetada e seguindo um desenho racional. A relação com a água também foi interpretada em seu potencial compositivo, ao passo que a visada mais privilegiada do palácio se dava a partir do istmo, com a visão desimpedida da água e do céu, pondo em interação o jardim e as torres numa paisagem monumental (*Fig. 8*).

Após a ocupação dos portugueses, o Palácio foi destruído e caso existam vestígios arqueológicos *in situ*, esses ainda não estão expostos aos estudiosos, turistas ou curiosos. No entanto, o que veio a sobrepor essa espacialidade foi uma distribuição de prédios também monumentais, associados a uma praça que favorece a compreensão da monumentalidade do conjunto por abrir, em meio ao tecido adensado do Bairro de Santo Antônio, um vazio favorável à apreensão do conjunto edilício. Hoje, a Praça da República é considerada um dos principais exemplos da atuação do paisagista Roberto Burle Marx no Recife, com esta intervenção, datando da década de 1930, moldando o espaço público às feições atuais (Silva, 2015). Quanto aos monumentos arquitetônicos, se destacam o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Teatro Santa Isabel e, em especial, o Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado de Pernambuco, com proximidade semântica à importância do Palácio de Friburgo. Quanto à construção da paisagem, para além da presença do jardim e dos monumentos de importância simbólica, se destaca também a relação com a água, já que a posição na extremidade norte do bairro de Santo Antônio favorece a visada a partir da Ponte do Limoeiro dessa área enquanto monumento significativo. E a própria presença intensiva de vegetação também tem impacto direto na percepção dessa área como diferenciada em meio à urbe.

Uma segunda permanência semântica que pode ser citada é o caráter de limite que o Forte das Cinco Pontas assume no Bairro de São José. No período dos holandeses, o Forte Frederik Hendrick era, de maneira associada às outras fortificações e muralhas, o principal limite ao crescimento urbano. Essa era uma estrutura de assentamento que se repetia não só na tradição batava, mas também nas cidades construídas por outras

metrópoles europeias. Mesmo com as mudanças empreendidas pelos portugueses com a retomada do território e a substituição da arquitetura pelo forte atual, é interessante observar que é no entorno imediato do Forte que se encerram as dinâmicas urbanas tradicionais do bairro. Lógica que é favorecida pela presença do complexo viário formado pelo Viaduto das Cinco Pontas, Avenida Sul e Cais José Estelita, que atuam diretamente na construção de um limite ao tráfego de pedestres e à ocupação da cidade.

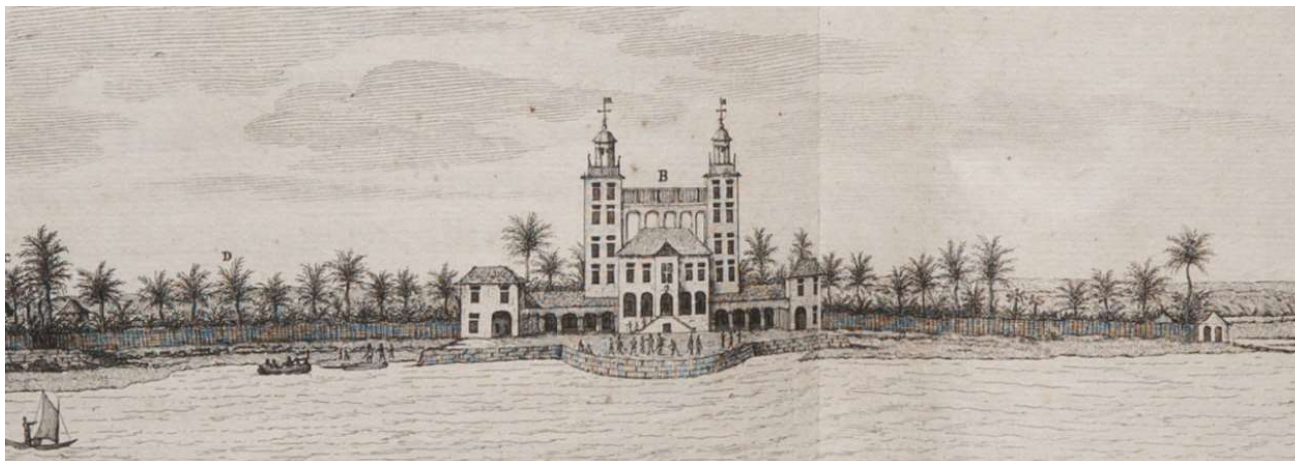


Fig. 08 Extrato da gravura “Palácio de Friburgo”, Frans Post, 1647. Fonte: *Brasílica Iconográfica*, recuperado em junho 20, 2022, em <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18307/friburgum>.

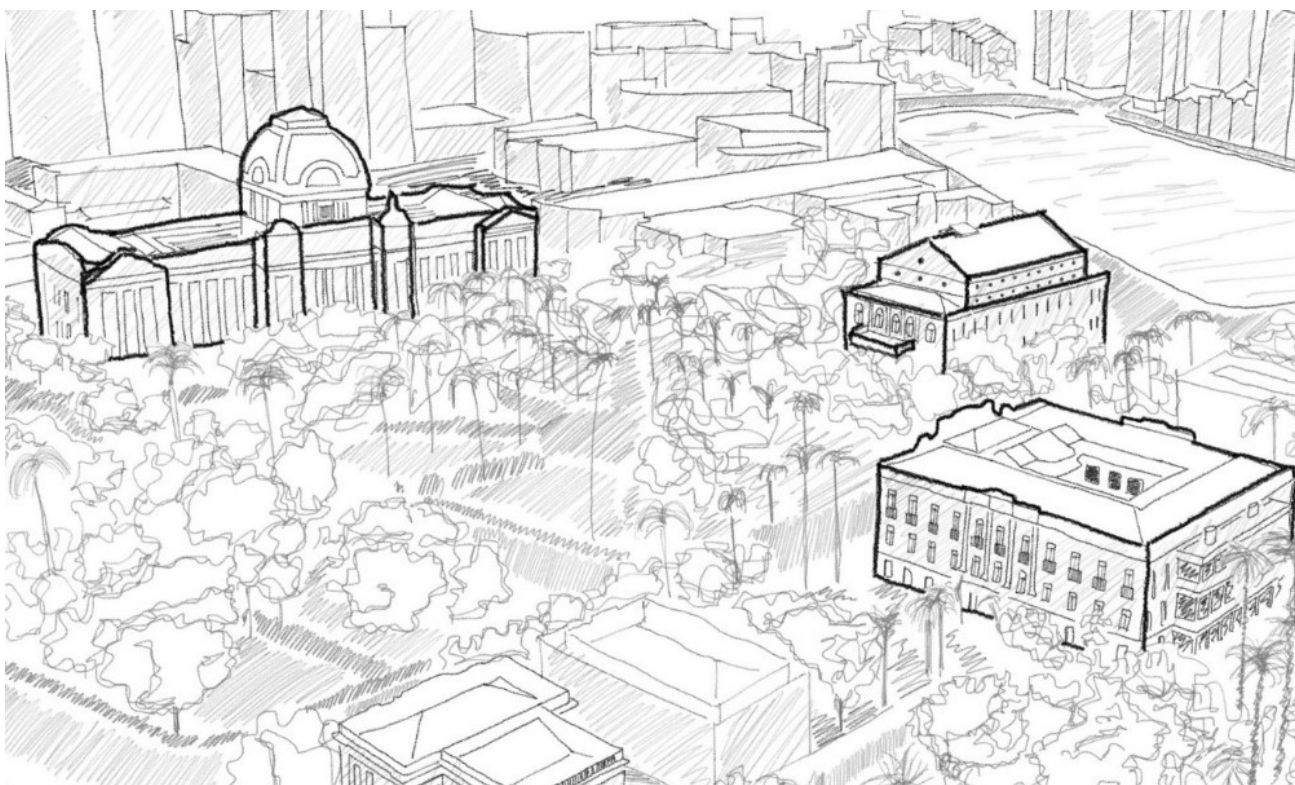


Fig. 09 Praça da República atualmente. Marcados, da esquerda para direita, o Tribunal de Justiça, o Teatro Santa Isabel e o Palácio do Campo das Princesas. Fonte: elaborado pelos autores com base em fotografia disponível no Wikimedia Commons recuperada em abril 15, 2023, em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_da_Rep%C3%BAblica_-_Recife,_Pernambuco,_Brasil\(2\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_da_Rep%C3%BAblica_-_Recife,_Pernambuco,_Brasil(2).jpg).

Outro espaço que remete de maneira estruturante a um passado holandês é o conjunto da Praça Dom Vital e Mercado de São José, implantado no local do antigo mercado dos holandeses em meio à Nova Maurícia, dando continuidade a um caráter de associação do espaço público à atividade comercial. Por fim, soma-se a Praça da Independência, situada no sítio da holandesa Praça dos Coqueiros, que segue o eixo da Ponte Maurício de Nassau e funciona como um ponto nodal estruturante no traçado urbano até os dias atuais, marcando, através

do vazio em meio à cidade, uma espacialidade distinta, que reúne, em Santo Antônio, os fluxos provenientes da ilha do Recife e do Bairro da Boa Vista, assim como fazia no passado ao reunir quem vinha do istmo e da várzea do Capibaribe.

Considerações finais

É, portanto, perceptível o potencial da aplicação de diferentes abordagens à historiografia do urbanismo holandês no Recife do século XVII, em especial no que se refere à construção de uma narrativa identitária que expresse a autonomia cultural. Neste estudo, produzido sob a luz dos conceitos de *paisagem* e *lugar de memória*, foi possível a reinterpretação da urbe atual em continuidade a uma ação urbanizadora vinculada à origem da cidade, que mesmo após a sobreposição das feições batavas por feitos portugueses, no que diz respeito à infraestrutura e à arquitetura, guarda fortes relações com um modo pretérito de pensar e construir a cidade, em especial no que se refere à relação com as águas.

De um lado, destacamos a implantação como uma forte permanência lógica de Maurícia no Recife, pois a urbanização sobre sítio alagadiço e envolvido por corpos fluviais exige, mesmo à posterioridade, um forte diálogo com a hidrografia (rios e mar), de maneira que recursos como a construção de pontes e a ocupação dos manguezais se mantêm como estratégias fundamentais ao Recife da atualidade. Por outro lado, as permanências sensoriais também se fazem relevantes à medida que surgem pela continuidade da paisagem de sítios pretéritos. Estas se vinculam à cidade atual como lugares de memória, que mesmo sem uma explicitação de sua origem, trazem um sentido de perenidade à relação estabelecida entre ser e lugar.

Enfim, são algumas das narrativas que podem ser estabelecidas tomando como base o Recife holandês. São leituras que permitem ampliar os estudos históricos e identificar outras relações, conexões, vinculações entre a cidade do pretérito e a cidade do presente. São vestígios encontrados nas brechas das permanências lógicas e sensíveis que se tornam relevantes enquanto lugar de memória. São possibilidades de reinterpretação e ressignificação do passado que associados a abordagens interdisciplinares permitem valorizar o patrimônio, garantir uma construção identitária e, simultaneamente, reescrever a História.

Bibliografia

- ALENCAR, A. K. B.; SÁ, W. L. F. (2018). O Parque Capibaribe no Recife. *Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais*, v. 7, n. 2, p. 163-185.
- BEZERRA, O. G.; MELO, V. M. (2014). Valores da Paisagem: os significados dos rios e manguezais da Cidade do Recife. *Paisagem e ambiente: ensaios*, n. 34, p. 93-106.
- CARVALHO, R.; MARQUES, T. (2019). A evolução do conceito de paisagem cultural. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, v. 16, p. 81-98.
- CAUQUELIN, A. (2007). *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- COSTA, L.; SERRES, J. (2016). Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. *Patrimônio e Memória*, v. 12, n. 1, p. 158-178.
- GONÇALVES, J. (2012). Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, v. 3 (3), p. 27-46.
- KANT, I. (2016). *Crítica da Faculdade de Julgar*. Petrópolis: Vozes.
- LEITE, J. R. T. (2014). *Arte & Arquitetura no Brasil Holandês (1624-1654)*. Recife: Cepe.
- MELLO, E. C. de. (2010). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin.
- MELLO, J. A. G. de. (1976). *A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade do período 1631-1648*. Recife: IPHAN/MEC.
- MELLO, J. A. G. de. (1986). *Tempo dos flamengos*. Recife: FUNDAJ.

- MELO, V. M. (2005). Dinâmica das paisagens de rios urbanos. *XI ENANPUR*, Salvador: Anpur.
- MENEZES, J. L. M. Arquitetura e urbanismo no Recife do Conde Maurício de Nassau. In: VERRI, G. M. W. BRITTO, J. M. (2003). *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Bagaço.
- MENEZES, J. L. M. (2014). *Pontes do Recife: a construção da mobilidade*. Recife: Cepe.
- MENEZES, J. L. M. (2016). *Atlas Histórico e Cartográfico do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana.
- OERS, R. (2000). *Dutch Town Planning Overseas during VOC and WIC Rule (1600-1800)*. Zutphen: Walburg.
- PONTUAL, V.; CABRAL, R.; MELO, J.; LIRA, F. (2021). *São José, olhares e vozes em confronto*. Recife: Cepe.
- REIS FILHO, N. G. (2014). *Quadro Geral da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- REYNALDO, A. (2017). *As catedrais continuam brancas*. Recife: Cepe.
- RICOEUR, P. (2000). A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. *Arquipélago*, v. 7, p. 177-194.
- SILVA, J. M. (2015). Um jardim moderno em um sítio histórico: a reconstrução da história da Praça da República e do Jardim do Palácio do Campo das Princesas. *Brazilian Geographical Journal*, v. 6, n. 2, p. 80-100.
- TREVISAN, R. (2020). *Cidades novas*. Brasília: EdUnB.

Fontes eletrônicas:

- ABEBOOKS. (2015). *Gesamtansicht ('Mauritiopolis. – F. Post 1645.')*. <https://www.abebooks.co.uk/art-prints/Gesamtansicht-Mauritiopolis-F-Post-1645-RECIFE/22915580936/bd> (Acessado: 15/07/2022).
- BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE. (2012). *Porto de Pernambuco e cidade do Recife, na primeira metade do 17º século*. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53021148s/f1.item.zoom> (Acessado: 20/04/2023).
- BRASILIANA ICONOGRÁFICA. (s.d.). *Friburgum*. <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18307/friburgum> (Acessado: 20/06/2022).
- PREFEITURA DO RECIFE. (s.d.). *ESIG*. <https://esigportal2.recife.pe.gov.br> (Acessado: 20/05/2023).
- PANMYTHICA. (2008). *Mapas históricos do Brasil*. <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-histicos-do-brasil.html> (Acessado: 10/08/2022).
- REVISTA CONTINENTE. (2019). *História do Brasil*. <https://revistacontinente.com.br/secoes/indicacoes/-livro--historia-do-brasil--1639-1644-> (Acessado: 15/07/2022).
- USP. (2023). *Cartografia Histórica*. <https://www.mapashistoricos.usp.br> (Acessado: 10/08/2022).
- WIKIMEDIA Commons. (2014). *Praça da República – Recife, Pernambuco, Brasil*. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_da_Rep%C3%BAblica_-_Recife,_Pernambuco,_Brasil\(2\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_da_Rep%C3%BAblica_-_Recife,_Pernambuco,_Brasil(2).jpg) (Acessado: 15/04/2023).
- WIKIMEDIA Commons. (2016). *Caerte [...]*. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Recife-Map1665.jpg> (Acessado: 10/08/2022).
- WIKIMEDIA Commons. (2022). *Dutch Brazil 1630-1654*. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dutch_Brazil_1630-1654_map.svg (Acessado: 10/08/2022).